O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O DESMAME DO PLANO SAFRA 2019/20

A ATIVIDADE econômica do primeiro semestre do ano registrou um desempenho bem abaixo do esperado. As projeções de crescimento econômico, que se situavam em patamar acima de 2% no ano passado, foram revistas para cerca de 1% mais recentemente. Nesse ambiente, a taxa de desemprego permanece elevada.

Fato é que poucas vezes tivemos um início de governo tão confuso como este. Se de um lado avançam vários pontos fundamentais da agenda econômica, como a reforma da previdência e a reforma tributária, de outro, a falta de habilidade política tem provocado solavancos e incertezas no mercado.

Como temos muita confiança que a reforma da previdência será aprovada, as coisas devem melhorar no segundo semestre. Para o produtor rural, duas coisas são fundamentais:

- o dólar tende a cair em relação ao real. Não será uma queda brusca, mas poderemos ver um dólar entre R$ 3,50 e R$ 3,60 no final deste ano;

- as taxas de juros reais estão muito elevadas. Para uma taxa de 8% ao ano, o juro real será de 4%. Para taxas ao redor de 15% (por exemplo, utilizadas por algumas *trading companies* nas operações de soja verde), o juro real será de 11%.

Muitos produtores ainda habituados com taxas altas de inflação e juros menores já tiveram problemas e estão inadimplentes. Por exemplo, um juro real de 11% engole R$ 110 mil em uma receita de R$ 1 milhão. E, pior, se o preço do produto ficar parado (por exemplo, a soja se o dólar recuar), os juros de 15% vão engolir R$ 150 mil da receita, muitas vezes o lucro total da operação.

Quem puder evitar os bancos deve fazê-lo. O problema aumenta para a compra de equipamentos. A taxa de 8% ao ano, com uma inflação de 3,5%, fará com que as prestações aumentem em termos reais ao longo do tempo. Por isso, o planejamento financeiro será a chave do sucesso.

Nessa linha, foi anunciado o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020, acessível de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Esse é o terceiro PAP dentro do contexto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95/96, do Teto dos Gastos Públicos. Com recursos limitados para atender a demanda de crédito rural, o governo teve de traçar uma linha de prioridades. O volume total de recursos previstos para empréstimos aumentou apenas 0,74% em relação ao anterior. Em termos reais, descontada a taxa de inflação, a variação foi negativa. Já na disponibilidade de crédito rural com taxa de juros controlada, sofreu um corte razoável. Esse é mais um passo para o desmame de subsídios do setor.

Na atividade rural, um dos fatores do sucesso é o nível do conhecimento técnico empregado pelos produtores. O Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra resultados preocupantes quando se analisa essa questão: apenas 19,9% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros receberam assistência técnica, cuja taxa apresentou profundas diferenças regionais (de 7,4% no Nordeste a 48,6% no Sul). Na bovinocultura, por exemplo, a taxa de assistência técnica foi de 25,2%, o que também é considerado baixo. No estado de São Paulo, para enfrentar esse desafio na área da assistência técnica e buscar desenvolver a agricultura de baixo carbono (Plano ABC), há o projeto Práticas Estratégicas para Mitigar as Emissões de Gases de Efeito Estufa nos Sistemas de Pastagens do Sudeste Brasileiro. Um dos seus objetivos é estudar os fatores críticos para a transferência de tecnologia para a cadeia produtiva da pecuária bovina.

Na área internacional, o Limite Máximo de Resíduos (LMR) de pesticida representa um tema cada vez mais importante para os países exportadores de produtos agrícolas, como o Brasil. Nesse contexto, a falta de regras, em condições realistas, por parte de países importadores traz preocupação para as autoridades de uma forma geral. Os eventos promovidos pelo Instituto de Regulação e Sustentabilidade AGRO procuram aprofundar esse debate com o governo, empresas e associações de produtores rurais. Artigo analisa o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Codex Alimentarius, das Barreiras Técnicas de Comércio (BTC) e do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, na sigla em inglês), entre outros, nessa área.

Como entrevistado do mês da ***Agroanalysis***, temos a participação do engenheiro de alimentos Marcello Brito, que acaba de assumir a presidência da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) para a gestão durante o triênio 2019-2021. A entidade comemora, em 2019, seus 25 anos de existência com uma lista de iniciativas e realizações que

a colocam como uma das entidades mais respeitadas e com mais formadores de opinião do agronegócio nacional. O conteúdo da conversa traça uma breve análise sobre o desempenho do agro e olha para as reformas em curso no País. Como fechamento, comenta sobre o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), a ser realizado no próximo dia 5 de agosto, com o tema "Agro: Momento Decisivo".

O Caderno Especial traz uma matéria sobre as atividades desenvolvidas pela Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT). Essa publicação é feita anualmente, desde 2009, em especial na edição de julho, com registro dos grandes e frutíferos eventos realizados pela entidade – uma verdadeira agenda de constantes inovações. Nesta oportunidade, os tópicos abordados são: o tradicional Circuito Agrosoja, na sua 14ª versão, e os projetos Guardião das Águas e Classificador Legal.

Para encerrar, tem-se a triste notícia, em especial para a economia rural brasileira, sobre a perda de um dos seus mais ilustres e dignos expoentes, ocorrida no mês de junho: Mauro de Rezende Lopes. Profissional respeitado no Brasil e no exterior, Mauro deixa um extraordinário legado graças a um currículo invejável, do qual podemos destacar alguns itens apenas dada a sua impressionante e qualificada extensão. Publicou inúmeros trabalhos de pesquisa no Brasil e no exterior e é autor de um livro editado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundamental para o entendimento das instituições ligadas ao agronegócio nacional: "Agricultura Política: A História dos Grupos de Interesse na Agricultura". ■

MERCOSUL X UE

No dia 28 de junho, foi anunciado o fechamento do acordo comercial entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia. As negociações haviam sido iniciadas em 1999. Os países que compõem o MERCOSUL (4) e a União Europeia (28) totalizam 750 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 17 trilhões. Atualmente a União Europeia já é o segundo maior parceiro comercial do Brasil (a China é o primeiro). Todos os detalhes do acordo ainda não foram divulgados, mas três produtos do agro que terão redução de tarifa de importação são chocolates (atualmente de 20%), vinhos (atualmente de 27%) e laticínios (terão tarifa zerada, dentro de uma cota). Por outro lado, segundo o governo brasileiro, 90% dos produtos exportados para a União Europeia não pagarão tarifas, entre eles café, suco de laranja, frutas e óleos vegetais. Os impactos desse acordo não serão sentidos no curto prazo, mas, quando ocorrerem, serão profundos. A próxima edição da ***Agroanalysis*** trará uma análise completa do acordo.

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR

